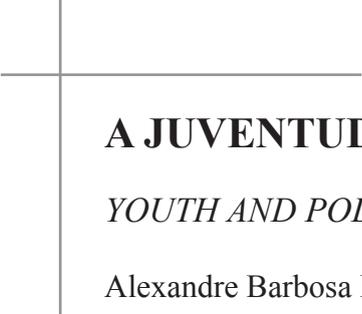




Tribunal Regional Eleitoral
do Rio Grande do Sul

Revista do
TRE-RS

Julho/Dezembro de 2019



A JUVENTUDE E A POLÍTICA

YOUTH AND POLICY

Alexandre Barbosa Petermann

RESUMO: Este artigo é o resultado de estudos sobre a constatação da ausência de participação na política da juventude brasileira, em especial o não exercício do voto, já que conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral, a cada ano diminui a procura para realizar o alistamento eleitoral por aqueles jovens, na faixa etária de 16 e 17 anos, que são facultados, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Tal fato ocorre seja por seu desinteresse pela política ou pela frustração com a atual conjuntura política. Essa atitude dos jovens pode, a longo prazo, comprometer a nossa democracia. Partindo de estudos sobre a forma de socialização política e sobre juventude, objetivava-se refletir e compreender o comportamento dos jovens. O empenho de toda a sociedade (família, escola, comunidade, imprensa e partidos políticos) é essencial para conscientização da juventude brasileira sobre a importância da participação na vida política, em especial o exercício do voto.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude; Política; Participação.

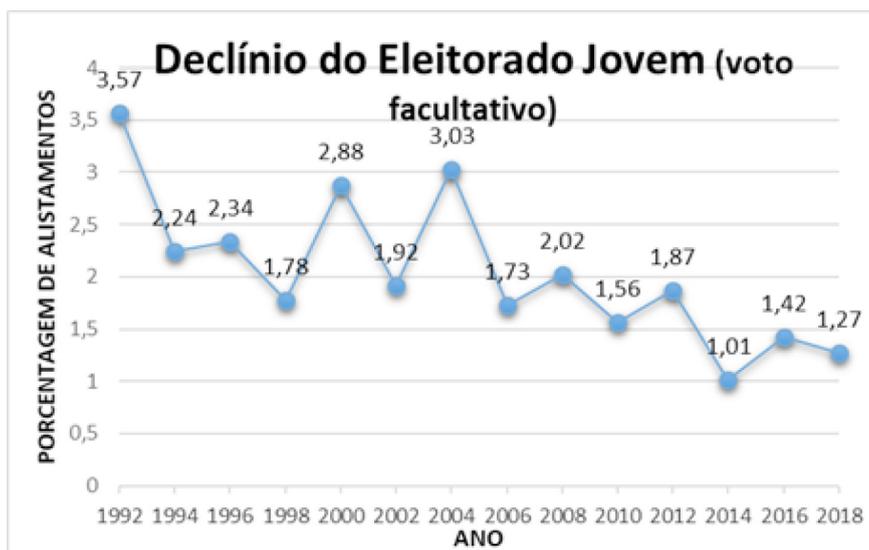
ABSTRACT: *This article is the result of studies on the finding of lack of participation in Brazilian youth politics, especially the non-exercise of the vote, since according to data from the Superior Electoral Court, each year there has been a decrease in the demand for electoral registration by those young people, aged 16 to 17, who are eligible, provided for in the Federal Constitution of 1988. This is due to their lack of interest in politics or frustration with the current political environment. This attitude of young people can in the long run compromise our democracy. Starting from studies on the form of political socialization and youth, the objective is to reflect and understand the behavior of young people. The commitment of the whole society (family, school, community, press and political parties) is essential for raising awareness among Brazilian youth about the importance of participation in political life, especially the exercise of voting.*

KEYWORDS: *Youth; Politics; Participation.*

1. INTRODUÇÃO

O declínio no número de jovens, menores de 18 anos, que estão alistando-se como eleitores, ou seja, tornando-se cidadãos, demonstra cada vez mais que estes estão ausentes da participação na política.

A fim de demonstrar o exposto, vejamos o gráfico abaixo, elaborado com dados do Tribunal Superior Eleitoral, que comprova esse declínio constante no alistamento eleitoral da juventude.



Fonte: Site do Tribunal Superior Eleitoral (2018)

Já na Grécia antiga, Aristóteles (2001) preocupava-se com a participação dos cidadãos na vida política das cidades. A Grécia organizava-se em cidades-estados, conhecidas como *pólis*, onde o homem livre, grego, nascido na *pólis*, era chamado de *politikó* ou cidadão.

O *politikó* ou cidadão seria aquele que participava da vida política, através de funções deliberativas ou judiciais, ou seja, participava da condução da *pólis*, deliberando acerca das demandas de interesse de todos, tentando convencer outros *politikós* acerca do seu ponto de vista ou sendo convencido por eles, esta ação foi denominada de *politikés*, que deu origem à palavra **política**.

Pode-se dizer que a **política** é uma prática ou ação humana voltada para a construção coletiva de um espaço público onde seja possível assegurar e vivenciar o bem comum.

Esta vem ser a questão problemática para a sociedade, já que conforme Aristóteles (2001), os regimes políticos são imperfeitos ou apresentam falhas graças à falta de participação dos cidadãos na vida política das cidades.

A relação entre a política e os jovens é um tema pouco tratado pela literatura, diferente de outros temas relacionados à juventude, como sexualidade, vocação profissional, educação em geral, redes sociais e internet, que têm sido frequentemente tratados.

Corrupção, escândalos e instabilidades financeiras, ou seja, o desgaste do processo político em geral, têm contribuído para o desinteresse de muitos jovens na política, o que apresenta uma boa fonte para uma reflexão sobre a relação entre a juventude e a política, para que possamos incentivar e melhor preparar os jovens para uma participação mais efetiva na política.

Esse incentivo pode ser compreendido, principalmente, por meio de uma socialização política, ou seja, através de um processo de preparação da juventude para assumir seu papel de cidadão, consciente de seus direitos e deveres políticos.

O presente estudo pretende apresentar reflexões de questões relevantes sobre a socialização política da juventude.

Profissionais da área estão preocupados com essa ausência de participação da juventude na política, já que a apatia, a indiferença e o descrédito dos jovens poderão trazer consequências desastrosas para a democracia, como alertado por Aristóteles milhares de anos atrás.

A fim de que não tenhamos uma crise democrática no futuro, necessária a promoção de políticas para uma aproximação da juventude à Política, com mobilizações e investimentos tanto do setor público, como do privado, em uma educação cidadã.

2. A JUVENTUDE

Os principais personagens desse artigo são os jovens. A definição do que seria essa geração (Juventude) deve ser nosso foco inicial.

Segundo Schmidt (2000), independente da região ou da condição social, a juventude apresenta as seguintes características:

- a) **Transitoriedade:** os jovens estão em passagem por transformações psico-físicas-sociais, não havendo estabilidade nas suas vidas, o que influencia em suas realidades;
- b) **Marginalidade:** os jovens sempre estão “fora” da sociedade, ou seja, do trabalho, do acesso ao consumo, da inserção em instituições, dos valores e hábitos sociais, o que gera a marginalidade;
- c) **Adaptabilidade:** os jovens têm alta receptibilidade de novas tendências, em especial com a internet, que traz várias informações sem qualquer controle e qualidade,

ocorrendo assimilações de hábitos e atitudes de forma inconscientes;

- d) Potencialidade de mudança: os jovens não possuem posição definida, têm potencial para solidarizarem-se com movimentos sociais que se encontram “na moda”;
- e) Reação contra o mundo adulto: a natural busca pela sua autonomia faz com que os jovens sempre questionem a realidade social, que se identifica com os adultos.

Os limites cronológicos para definição de jovem, pela Organização Internacional da Juventude/UNESCO, seriam a faixa etária entre 15 e 24 anos, sendo o período de 14 a 18 anos, definido como adolescência. De acordo com a legislação brasileira, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069/90, em seu artigo 2º, define adolescente quem está com idade entre 12 a 18 anos.

O Jovem pode ser conceituado como aquele que está em uma passagem da infância para a vida adulta, que tem uma essência revolucionária e um estilo próprio de existência. Vale destacar que há várias maneiras de ser jovem e que a distinção dessas dependerá da diferenciação social e da diversidade econômica.

Para Augusta (*apud* ARAÚJO, 2007, p. 23), a juventude tem sinais próprios de uma fase prévia à maturidade, “fase dramática de revelação do eu, essencial para a formação da pessoa, a juventude corresponderia a um momento definitivo de descoberta da vida e da história”.

Sendo a juventude uma passagem para a vida adulta, segundo Abramo e Venturi (2000, não paginado), trata-se de um período de transformações, onde há:

[...]busca e a definição de valores e ideias, de modos de se comportar e agir”, daí a instabilidade emocional, vez intensa e arrojada, vez turbulenta e descaminhada. Para os autores retro mencionados nessa fase deve haver uma preparação para a vida futura/vida adulta, em especial “via formação escolar, de modo a garantir uma adequada inserção na vida social - sob rígido controle dos adultos, é claro -, para que as buscas e inquietações não levem a ‘desvios’”.

A juventude também pode ser conceituada como uma fase de rebeldia, com tendências revolucionárias. A ausência de compromissos sociais/responsabilidades, tende a fazer com que os jovens sejam mais maleáveis a novas culturas e políticas. A juventude foi identificada como disposta a propor transformações utópicas, que conforme Abramo e Venturi (2000, não paginado):

[...]concepção já presente no início do século XIX, que se renova e se consolida nos anos 60 deste século, com a mobilização juvenil, de dimensão internacional, expressa nas imagens do hippier em comunidades alternativas ou do estudante em passeata.

Não obstante essas concepções adotadas para o conceito de juventude (fase de passagem ou fase de rebeldia), elas são incompletas para conceituar o jovem brasileiro, vez que grande parte desses jovens tem obrigações e responsabilidades de ordem econômica e familiar, ficando afastados da atenção necessária aos estudos e a levantar questões relacionadas à sua própria condição de jovem, como os dramas, riscos e desvios. Tais questões colocam os jovens brasileiros vezes como vítimas, vezes como produtores de gravíssimos problemas sociais como o envolvimento com drogas, crime, prostituição, gravidez precoce, violência das gangues, etc.

Pesquisa dirigida por Abramo e Venturi (2000, não paginado), apresenta as seguintes importantes conclusões:

Em suma, não se pode dizer que o que caracteriza a situação juvenil nas áreas metropolitanas brasileiras hoje é a condição de estudante, mas tampouco que o trabalho apareça somente como a negação dessa condição. Essa percepção é importante para se compreender a relevância do tema do desemprego - junto com a violência, o principal tema de preocupação, presente em muitas das respostas dos jovens.”

“[...]esta pesquisa constatou baixa taxa de participação em atividades políticas e afins: apenas 4% dos jovens que estão estudando participam de centros ou diretórios acadêmicos, só 3% dos que estão trabalhando têm algum vínculo com sindicatos ou associações profissionais, 8% participam de reuniões de partidos políticos, mas antes eventualmente (6%) do que sempre (2%). Trata-se de níveis de participação inferiores aos observados em relação a grupos de jovens auto-organizados em torno de atividades culturais. Isto aponta um caminho para o diálogo com os jovens e a reversão desse quadro: o desenvolvimento de políticas públicas de lazer e cultura voltadas especificamente para eles - uma tarefa já iniciada por muitas prefeituras [...]

Diante da situação apresentada, devemos verificar a forma como trabalhar a formação política/socialização política dos jovens.

3. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE

Para Schmidt (2000, p. 53), socialização política seria “o processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o

enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações”. Seriam processos para o aprendizado e desenvolvimento de orientações políticas aos cidadãos.

A noção de que não deveria haver socialização na fase infantil prevaleceu até a década de 60, sob a justificativa de que as crianças não estariam preparadas para a vivência política, considerada como desonrada.

Hyman (*apud* SCHMIDT, 2000) mudou tal posicionamento sob o argumento de que a socialização precoce seria necessária, pois constatou que as diferenças entre os adultos se davam graças a origem do desenvolvimento dos mesmos.

Easton (*apud* SCHMIDT, 2000) concretizou essa ideia de que seria essencial a socialização na infância, caracterizando-se por três pressupostos: orientações políticas são aprendidas na infância, o aprendizado na infância modela posteriores modificações e as modificações posteriores são mínimas.

No Brasil pesquisadores como Baquero, Ferreira e Sousa, Nazzari e Souza (*apud* SCHMIDT, 2000) tiveram conclusões comuns de que a socialização durante a infância, ou seja, uma socialização primária, seria essencial, deixando características significantes no indivíduo, entretanto fatos cotidianos ou traumáticos poderiam modificar o indivíduo ao longo da vida (uma socialização secundária).

Em complementação, outros estudos demonstram que a socialização política pode ocorrer de forma não intencional, sendo resultado de situações e vivências cotidianas do cidadão.

Como citado anteriormente, na antiguidade havia a preocupação com a formação de uma educação cidadã, tendo sido deixada para um segundo plano situações não-intencionais de orientação política.

Nos últimos anos, demonstrou-se maior atenção sobre os fatores não-intencionais, sendo criadas as expressões “socialização latente”, para expressar uma transmissão de socialização política de forma difusa e não programada, de maior ocorrência na infância e com influência familiar, e “socialização manifesta”, que seria uma socialização política mais explícita, realizada por outras instituições que não a familiar.

Concluiu-se que à medida que o cidadão envelhece, a socialização latente diminui e a socialização manifesta cresce.

Com essa percepção, vários países pelo mundo vêm se preocupando com a questão da socialização política, pois perceberam que não existe uma transmissão automática dessa socialização.

No Brasil, a Justiça Eleitoral, preocupada com a conscientização política da juventude, criou o Projeto “Eleitor do Futuro”, objetivando atuar na conscientização dos jovens, que se tornarão futuros cidadãos, através de conteúdos explicativos sobre o processo eleitoral e de eleições simuladas. Existindo previsão constitucional de que jovens de 16 e 17 anos possam votar (CF/88, art. 14, §1º, II, c), entendeu-se que há uma enorme necessidade de aproximação da Justiça Eleitoral das crianças e dos adolescentes, a fim de favorecer a formação do eleitor do futuro.

O projeto originou-se na Costa Rica, onde a educação para o exercício da cidadania é ministrada como uma disciplina escolar e, em anos eleitorais, realiza-se uma eleição paralela à oficial, com as crianças e adolescentes. Os resultados são muito próximos, o que demonstra que a conscientização e o conhecimento sobre política entre crianças/adolescentes e adultos são semelhantes. Concluiu-se que tal deve-se à aprendizagem nas aulas de cidadania e proximidade entre as crianças/adolescentes e seus pais sobre a realidade da política.

Em 11/2017, a Justiça Eleitoral lançou o projeto “#partiumudar”, em parceria com a UNICEF. Objetiva a formação da cidadania em alunos do ensino fundamental e médio e inspirar

boas práticas. Oferece materiais educativos, como fotos, vídeos e notícias de suas ações, com o fim de fomentar o aprendizado e o exercício da cidadania.

Ações semelhantes que objetivam a conscientização dos jovens são implementadas em vários países como Austrália (Australian Electoral Commission - AEC for Schools); Canadá (Elections Canada); Geórgia (Central Election Commission); Índia (Election Commission of India - Systematic Voters' Education and Electoral Participation); Nova Zelândia (New Zeland Electoral Commission - Kids Voting).

Atualmente, estudos demonstram que a socialização política realizada no âmbito familiar ainda é a forma de maior taxa de transmissão de ideias. A escola, a imprensa e a internet estão no mesmo patamar de socialização junto aos jovens, entretanto algumas prevalecem sobre outras a depender dos objetivos de vida de cada indivíduo e de situações sociais específicas.

A instituição escolar é reconhecida como a principal instituição responsável por uma transmissão intencional de socialização política. Afinal, o Estado delega aos estabelecimentos de ensino o dever de conscientizar os jovens sobre o exercício consciente da cidadania, dotar de conhecimentos, hábitos e atitudes de formação cidadã (SANTOS, 2009).

A socialização nessa situação ocorre, em especial, pelas disciplinas lecionadas: sociologia, filosofia, história, entre outras.

Estudos realizados nos Estados Unidos apontam a importância e necessidade da Educação Cívica nas instituições escolares (NIEMI; HEPBURN, 1995, apud SCHMIDT, 2000). Apesar das diferenças americanas e brasileiras, pode-se concluir que o Brasil também tem a necessidade de programas de educação cívica nas escolas e que estas não são únicas na difusão do conhecimento político, que várias disciplinas apresentam ensinamentos políticos

relevantes e que os métodos de ensino e o ambiente escolar também transmitem socialização política.

Com o surgimento da mídia houve uma alteração nos padrões de socialização política. Uma pesquisa americana demonstrou que a mídia influencia ativamente as atitudes e comportamentos dos adolescentes e o grande problema é que tal influência é majoritariamente prejudicial (STRASBURGER, 1999, apud SCHMIDT, 2000). No âmbito da socialização política existem teorias sobre a influência da mídia. Uma primeira linha acredita que a mídia é responsável tanto pelo aumento de informações aos cidadãos, como pela apatia e desinteresse dos mesmos pela política. Uma segunda linha de raciocínio acredita que, mesmo com a crescente insatisfação com os noticiários, os cidadãos têm melhorado, nas últimas décadas, seu conhecimento político. No meio termo, há a sugestão de que mídia não obtém tanto poder como parece, já que cidadãos mais cultos acompanham as minúcias da política, enquanto o cidadão comum, apesar de assistir regularmente notícias na mídia, não incorpora a informação política.

Schmidt (2000) sugere que a juventude tem uma confiança regradada na cobertura política realizada pelos meios de comunicação, o que demonstra uma recepção crítica, reflexiva e pensativa sobre as informações recebidas.

A implementação da internet trouxe uma comunicação rápida e menos onerosa na transmissão das relações sociais e políticas, apresentando novas organizações.

Durante as décadas de 80 e 90, a internet cresceu pelo planeta, ocasionando o surgimento de um movimento sociocultural chamado cibercultura. Conforme Levy (*apud* CARDOSO; DIAS; DOULA, 2016), com as tecnologias digitais, ocorreu o surgimento de outras formas de comunicação, de sociabilidade, de informação e de conhecimento.

Vale destacar que com a internet as notícias não são vinculadas apenas pela mídia tradicional, mas também por meio de comunicações informais e por indivíduos que muitas vezes não somente espalham/compartilham as notícias, mas também alteram a forma de contá-las.

Para Sousa (*apud* CARDOSO; DIAS; DOULA, 2016) a internet é vista como uma realidade sem volta na vida dos jovens, a qual apresenta limitações e potencialidades com aspectos contraditórios em relação aos requisitos para a participação política. Inovou ao trazer diferentes formas de expressão e modos de comunicação, como e-mail, sites, Facebook, Twitter, WhatsApp e Instagram. Portanto a internet é um local livre para se expressar, sem limitações e censuras dos governos, com facilidade de acesso e transmissão ilimitada de informação.

Em pesquisa conduzida por Cardoso, Dias e Doula (2016), conclui-se que a internet como forma de mobilização política ao mesmo tempo que consegue alcançar grandes massas para mobilizações e divulgações em geral, também, com grande facilidade, realiza uma manipulação e distorção das informações.

Ou seja, a representação predominante é de que a internet é um espaço público, no sentido habermasiano (como as ruas ou as praças), configurando-se como local da argumentação, da comunicação irrestrita, de elucidação e de identificação dos problemas sociais (HABERMAS, 1997). Porém, ao mesmo tempo que a internet se configura como espaço público devido ao seu caráter argumentativo, questiona-se se todos têm assegurados os mesmos direitos de participar sem serem manipulados ou coagidos e, principalmente, de serem ouvidos na esfera pública. (CARDOSO, DIAS e DOULLA, 2016, p. 134)

Está clara a crise política pela qual nosso país passa e a falta de credibilidade na política induz os jovens a diminuírem

ou, muitas vezes perderem o interesse em participar do processo eleitoral, em especial a realização do alistamento eleitoral.

Bezerra *et al.* (2013, p. 96) apresenta a mesma conclusão em pesquisa realizada com jovens na faixa etária de 14 a 18 anos.

A rejeição à classe política e aos mecanismos institucionais do fazer político no Brasil, especialmente entre os jovens, tem sido apontada como reflexo de um alheamento consciente causado tanto pela má conduta e falta de representatividade dos parlamentares quanto pela falta de representatividade dos parlamentares quanto pela falta de sua interlocução com a juventude (Florentino, 2008). Este quadro de rejeição teria causado impacto no próprio ato de votar que deixou de ser considerado como uma forma de ação.

Os jovens devem ser conscientizados de que sempre terão perda, de forma direta ou indireta, quando nosso governo é exercido por pessoas incompetentes ou desonestas.

Por isso a necessidade de os jovens interagirem com a política, para aprenderem como ocorre o funcionamento do sistema político e realizarem uma escolha consciente dos seus governantes, já que quem participa do processo político, sem o conhecimento necessário, apresenta grandes possibilidades de ser enganado.

Para Sousa (*apud* BEZERRA *et al.*, 2013) é um engano acreditar que a participação dos jovens em formas não convencionais de fazer política, como em ONGs, em razão de que o caráter essencial do ato político não acontece, vindo esses a focarem na realização dos programas e não no debate e na elaboração da política em si.

A importância da participação eleitoral da juventude é esclarecida por Bezerra *et al.* (2013, p. 96) da seguinte forma:

A participação eleitoral pode ser incluída como parte da formação da subjetivação política e como impulsionadora da

socialização política da juventude, ainda que sua contribuição nesses processos seja restrita. As práticas desenvolvidas durante a campanha eleitoral, como busca de informação, das discussões e a ação final de voto ou não voto, entre outras, são partes importantes deste processo.

4. CIDADÃO

Temos sempre que pensar na cidadania ativa ou seja, temos que nos sentir parte de um país, querer e fazer o melhor para a sociedade, temos que ter consciência de que o empenho para construir um país melhor, fazer parte de uma ação coletiva, que tem a força motriz na ação individual, na ação concreta dos indivíduos, pois se cada um de nós fizer a sua parte o coletivo consegue avançar. Devemos exercer plenamente nossa cidadania que vai desde o pequeno ato como não jogar papel no chão, até os grandes como participar ativamente do processo político eleitoral.

Verifica-se que a definição de cidadão de Aristóteles, como aquele que participa da vida política, é muito semelhante daquela adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Em termos jurídicos, conforme a Constituição de 1988, cidadão é o brasileiro (nato ou naturalizado) eleitor. O instrumento através do qual o brasileiro comprova e adquire a condição de cidadão é o alistamento eleitoral/título de eleitor, o que lhe possibilita o exercício de alguns direitos políticos previstos no ordenamento jurídico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretende trazer reflexões sobre a juventude, a política e a falta de participação dos jovens na política.

A falta de participação política é a atitude que mais interessa aos malfeitores da política, já que o desinteresse conduz à ignorância política, sendo esta a mais desejada para a prática de falcaturas no exercício do cargo político.

Não só os jovens, mas todos os cidadãos, são constantemente bombardeados por notícias sobre denúncias de corrupção envolvendo representantes das diversas esferas políticas nacionais, o que torna os políticos como uma alternativa inviável para resolver os anseios da população, em especial da juventude.

Corroborando com essa afirmação, a pesquisa coordenada por Abramovay e Castro (2006, p.312) apresenta a seguinte conclusão:

[...] é importante notar que existe uma forte descrença entre os jovens em relação às instituições políticas tradicionais. Sobre a confiança nas instituições políticas, verifica-se que 84,6% dos jovens declararam não confiar nos partidos políticos; 76,7% afirmaram não confiar no governo; 82% não confiar no Congresso Nacional e 79,9% não confiar nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

Bezerra *et al.* (2013, p. 96) acredita que “um dos principais desafios da juventude seria desconstruir as noções e práticas políticas equivocadas e, em seu lugar, criar novos paradigmas”.

Para Zaguary (*apud* BRASIL, *et al.*, 2008) os jovens demonstram desinteresse pela política e pelos políticos, sendo assim necessária a compreensão de formas eficazes de desenvolver nos cidadãos forma de incentivos à maior e/ou melhor participação no sistema político.

Atitudes como promoção e o incentivo ao voto dos jovens, a melhora do conhecimento e da compreensão dos processos eleitorais, o fortalecimento das informações para os jovens sobre sua participação política, o aumento do nível de confiança e a facilitação

da inclusão dos jovens no processo eleitoral são questões necessárias para a total inclusão dos jovens na vida política democrática.

Vale destacar que temas relacionados a questões econômicas (falta de oportunidade de emprego para os jovens), sociais (pobreza, violência, poluição, supressão de direitos humanos - questões relativas à estrutura da sociedade), culturais, familiares (influência dos pais e demais familiares) e educacionais (ausência de uma disciplina específica, como Educação para Cidadania, que traga alguns elementos da Sociologia e Filosofia, além de trabalhar conceitos como cidadania, e participação política, com a finalidade de formação de cidadãos conscientes e dispostos a agir na política para proteger suas liberdades civis e seus direitos políticos), também devem ser levados em consideração e trabalhados pelos estudiosos, pois influenciam no tratamento do jovem com a política, que quando piores as condições possivelmente menos interesse apresentam os jovens.

As experiências da Justiça Eleitoral, demonstram que a educação com foco na cidadania, baseada no exercício consciente do voto, é um dos principais elementos para despertar o interesse do jovem pela política.

Para Rousseau (*apud* SANTOS, 2009, p. 51) a formação cidadã não é uma tarefa rápida e deve ser realizada desde a infância: “formar o cidadão não é tarefa para um dia, e, para contar com eles quando homens, é preciso instruí-los ainda crianças”.

Entender as preocupações da juventude, suas questões cotidianas, suas observações sobre o comportamento dos políticos e incentivá-los a uma participação mais efetiva na política para entenderem que a maior “arma” que possuem é o voto, é uma forma de diminuir essa evasão do eleitorado. Esta é uma questão fundamental no presente e no futuro da nossa democracia.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Coord.). **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília. UNESCO. 2006. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000185.pdf> >. Acesso em 30/09/2019

ARISTÓTELES. **Política**. Texto Integral. Tradução de Pedro Constantin Tolens. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BEZERRA, Heloisa Dias; OLIVEIRA, Sandra Maria de (Org.). **Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas**. Goiânia. Cànone Editorial. 2013.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em 20/08/2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.º 8.069/90. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm >. Acesso em: 20/08/2019

BRASIL, Julia et al. **Participação política entre adolescentes em situação eleitoral de voto facultativo**. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 8, n. 15, p. 79-92, jun. 2008 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 set. 2019.

DIAS, Diana Leonardo; DOULA, Sheila Maria; CARDOSO, Poliana Oliveira. **Participação política nas Redes Sociais: Um estudo com jovens universitários**. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/24940> >. Acesso em: 08/08/2019.

SANTOS, Lirton Nogueira. **A ideia de cidadania**. Revista Eleições & Cidadania, Teresina: TER-PI, ano 1, n. 1, p. 47-52, dez. 2009.

Disponível em: < www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-revista-eleicoes-cidadania-ano1-n-01 > Acesso em: 18/07/2019.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política nos anos 1990**: Um estudo de socialização política no Brasil. 2000. 392 f. Dissertação (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em: < <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/287/1/JoaoPedro.pdf> > Acesso em: 17/07/2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELETORAL - TSE. **Projeto Eleitor do Futuro**. Disponível em: < http://www.tse.jus.br/hotsites/partiumudar/assets/arquivos/livreto_eleitor-do-futuro.pdf >. Acesso em: 02/06/2018.

UNESCO. **Juventude no Brasil**. Disponível em: <www.unesco.org/new/pt/brasil/social-and-human-sciences/youth/> .Acesso em 26/08/2019.

VENTURI, Gustavo; ABRAMO, Helena. **Juventude, política e cultura**. 2000. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2000/07/01/juventude-politica-e-cultura/>> . Acesso em: 23/07/2019.